

DA “EMANCIPAÇÃO FEMININA” AOS FEMINISMOS PLURAIS: OBSERVÂNCIAS SOBRE A HISTÓRIA DAS TEORIAS FEMINISTAS NO BRASIL

FROM “WOMEN’S EMANCIPATION” TO PLURAL FEMINISMS: OBSERVATIONS ON THE HISTORY OF FEMINIST THEORIES IN BRAZIL

Márcia Santana Tavares¹

Iole Macedo Vanin²

Clarice Costa Pinheiro³

Resumo: Este texto evoca a história das teorias feministas no Brasil, de modo a nuançar a luta feminista e das mulheres brasileiras por justiça social, isto é, por emancipação feminina, desde o início do século XIX, percorrendo trilhas até quase 100 anos depois da conquista do voto, em que feminismos agora plurais lutam por mulheres diversas, com e sem útero, em novas ondas de um mesmo mar, na cena contemporânea. Cabe alertar que essa é uma reflexão localizada (Rich, 2019) a partir dos corpos de três pesquisadoras vindas de áreas distintas, pertencentes a três gerações diferentes, mas que se irmanam feministas. Nesse aspecto é preciso frisar que para além das clássicas referências dos Estudos Feministas no Brasil, temos como premissa destacar e dialogar com a produção nordestina, especificamente a produção do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia, o Neim/UFBa.

Palavras-chave: Condição feminina; Gênero; Feminismos Plurais.

Abstract: This text aims to construct a brief and incomplete overview of how studies within the field of feminist theories are constituted in Brazil through specific reflections on its history. Methodologically demarcated by a territorial and regional perspective, it prioritizes dialogue with Northeastern Brazilian production. The considerations are localized and stem from some of the many discussions on female emancipation, initiated in the 19th century, up to those that characterize the plural feminisms of the 21st century. It is observed that we have advanced theoretically by accounting for bodies unthinkable for the feminism of 100 years ago, 50 years ago. We have come to exist in differences and potentialities.

Keywords: Brazil; History; Feminist Theories



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia; Professora Associada – Universidade Federal da Bahia; E-mail: marciatavares1@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2165-4594>.

2 Doutora em História Social – Universidade Universidade Federal da Bahia; Professora Associada – Universidade Federal da Bahia; E-mail: iole.vanin@ufba.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2090-3826>.

3 Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – Universidade Federal da Bahia; (UFBA); Professora Adjunta – Universidade Federal da Bahia; E-mail: ccpinheiro@ufba.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7043-8409>.

Anotações Iniciais

Quando hoje falamos sobre a história dos feminismos brasileiros, temos uma “tendência” de pensar no movimento feminista como tendo se iniciado na segunda metade do século XX, especificamente a partir da década de 1960, em um contexto das lutas pela redemocratização e, ao mesmo tempo, influenciado por contextos internacionais e ocidentais específicos. Se vamos mais longe, ao pensar e discutir o feminismo no Brasil, separamos o movimento em dois momentos distintos, que se convencionou chamar de “ondas”. Entre elas um hiato de ausência de democracia. Hiato que funciona como um “divisor de águas” entre aquele primeiro movimento feminista, que lutava por direitos civis, encabeçados pelo direito ao voto, direito conquistado em 1932. Se o voto é conquistado em 1932 e em 1937 inicia a Ditadura Vargas que vai até 1945, dizemos que essa “primeira onda” acaba ali (Pinto, 2003). Para as gerações mais jovens de feministas, a sensação é de que aquelas senhorinhas, em sua maioria oriundas de uma elite burguesa, retornaram para suas casas e foram cuidar de seus maridos e filhos e nada mais é dito sobre elas. Afinal, aquele não era um feminismo que era contrário ou mesmo “tensionava” os papéis de gênero em nossa sociedade (Costa, 2010).

No segundo momento, moças aguerridas (hoje já senhoras) que vinham de um movimento mais “à esquerda”, de base marxista, que lutaram contra o regime ditatorial que, após 1975, se empenharam na construção de um outro movimento feminista. Este sim, bastante preocupado com o papel da mulher (naquele momento no singular) na sociedade como um todo, aqui incluído o Estado, os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos populares e a pesquisa acadêmica. Na pluralidade de suas ações, vozes plurais se sobressaem entre embates e alianças na construção de um feminismo não mais no singular. Quase 100 anos depois da conquista do voto, feminismos que lutam por mulheres diversas, com e sem útero, em novas ondas de um mesmo mar.

Para o feminismo acadêmico, nesse segundo momento, a partir da década de 1960, ocorreu o que se convencionou denominar de “Crítica Feminista à Ciência”, ocasionado pela militância acadêmica de feministas que começaram a denunciar o androcentrismo que perpassava as ciências, tanto as suas estruturas institucionais, como a própria produção de conhecimentos e a formação dos seus operadores (Sardenberg, 2002, p.91). Como consequência sedimentavam-se os denominados estudos sobre a mulher. Até meados da década de 1970, não foram muitos os textos e as pesquisas publicadas, contudo não significou a ausência de produção de conhecimentos que descreviam, ao mesmo tempo que denunciavam, a condição feminina,

sobretudo o oriundo dos próprios movimentos de mulheres e feministas anteriores. Com isso, estamos frisando que se deve considerar, ao refletir sobre a história das teorias feministas, seja em âmbito global ou local, que esta é a junção, nem sempre pacífica, entre variadas modalidades de ativismo e reflexão, que se retroalimentam em um movimento social muito mais plural do que aparenta.

Quando pensamos nos feminismos, muitos são os exemplos de como as situações vivenciadas e enfrentadas pelas mulheres na busca por emancipação e cidadania, as fizeram registrar e refletir sobre a condição feminina e das mulheres, desconstruindo discussões e teorias que legitimavam a situação de não cidadania delas. Textos científicos, filosóficos, políticos e literários publicizados tanto em formato de livros como de artigos divulgados em revistas, em jornais ou até mesmo em panfletos (Scott, 2012; Moraes, 2010). O que não abarca somente os textos produzidos no âmbito da academia, das universidades, mas também do ativismo político, afinal, os feminismos não nascem na academia, eles possuem um contexto histórico específico de elaboração, seja de âmbito individual ou coletivo de grupos que lutaram e lutam para a superação das situações de opressão, violência, não cidadania das mulheres ao longo da história. Em outras palavras, a história das teorias feministas mescla-se intimamente com a história dos ativismos feministas, seja na academia ou fora dela. Por termos em mente os vários ativismos feministas, partimos do princípio de que um panorama desse movimento, pensando em contextos políticos e diálogos acadêmicos, deve ser iniciado antes da convencional década de 1960, especificamente, antes da virada para o século XX.

A despeito de citar um contexto amplo, no presente trabalho não pretendemos fazer uma genealogia das teorias feministas, seria muita pretensão de nossa parte e não é esse o caso. Nos propomos construir um breve e incompleto panorama de como os estudos, que compõem este vasto campo que denominamos teorias feministas, se constituem no Brasil, por meio de reflexões sobre aspectos pontuais da sua história, contribuindo, assim, com as discussões já existentes, mas com a plena consciência que algumas questões precisarão ficar de fora por conta do espaço que aqui dispomos. Como já destacava Cecília Sardenberg (2004, p.19) “esses estudos cresceram muito no país; identificar, catalogar e analisar tudo o que está sendo feito hoje é praticamente impossível”. Há de se destacar, ainda, que o nosso caminhar metodológico foi também demarcado fortemente pelo viés territorial, regional, decolonial do saber e, por que não, sentimental. Portanto, essa é uma reflexão localizada (Rich, 2019) a partir dos corpos de três pesquisadoras vindas de áreas distintas, pertencentes a três gerações diferentes, mas que se irmanam feministas. Nesse aspecto é preciso frisar

que para além das clássicas referências dos Estudos Feministas no Brasil, temos como premissa destacar e dialogar com a produção nordestina, especificamente a produção do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, o Neim.

1 Revirações em curso

Para demarcar as discussões iniciais, já registradas, sobre a emancipação feminina no Brasil, o fazemos com uma obra potiguar que foi publicada em 1832 por Dionísia Gonçalves Pinto. Inspirada nas discussões provenientes da “Querelle des Femmes⁴” com as quais teve contato, ao interagir com ideias e intelectuais europeus, Nísia Floresta Brasileira Augusta⁵ (1810-1885) produziu um conjunto de obras que trazem as suas reflexões acerca da situação das brasileiras (Duarte, 2000, 2010; Schlindwein; Grossi, 2020; Telles, 2022), que teve como um dos seus expoentes a obra *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, publicada em 1832, onde denuncia a situação das mesmas e atribui à falta de educação a existência de não cidadania. Constância Lima Duarte (1990, p. 36) destaca que, apesar de ser considerado uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, Nísia constrói “um novo produto, pessoal, em que cada palavra é vivida, em que, os conceitos surgem das páginas como algo visceral, extraído da própria experiência e mediatizada pelo intelecto”.

Desta sorte, ao defender a emancipação feminina, indicando a educação como caminho para a sua conquista, iniciou de forma sistemática, de acordo com os métodos e teorias da época, reflexões acerca das condições para a existência da situação de inferioridade na qual se encontravam as mulheres. A partir dessas reflexões, Nísia traz um conjunto de reivindicações, muitas das quais vão continuar presentes nas pautas feministas do século XX: voto feminino; acesso das mulheres a todas profissões e estudos; direito civil das mulheres casadas, no que se refere ao aspecto econômico (Schlindwein; Grossi, 2020, p.176). Para Constância Lima Duarte (1990, p. 41), no cenário brasileiro “coube a Nísia Floresta o privilégio de praticamente deflagrar a formação de uma consciência feminista”.

4 Um dos primeiros textos ocidentais sobre a situação das mulheres, com destaque para a sua capacidade intelectual, foi o livro *Cidade das Mulheres*, de autoria de Christine de Pizan (Costa M.; Costa R., 2019). As reflexões feitas por de Pizan, demarcam o que se convencionou denominar de “Querelle des Femmes”. Fenômeno que demarcou a história da luta das mulheres ocidentais por justiça social a partir do século XV, foi importante por caracterizar o momento em que as opiniões sobre o ser mulher e sua condição foram registrados por elas próprias e o fizeram a partir de suas próprias vivências e “consciência de si mesmas”, denunciaram o androcentrismo da ciência e explicitaram que as questões relativas ao gênero são construídas “social e culturalmente” (Yannoulas; Vallejos; Lenarduzzi, 2000, p. 435).

5 Pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto.

Muitas outras mulheres seguiram o exemplo de Nísia e começaram a escrever em todo o território nacional, artigos em periódicos denunciando e reivindicando direitos, entre os quais estavam os educacionais e não só os referentes ao ensino elementar, mas também ao superior. Não podemos esquecer que uma das justificativas da época, para o não acesso feminino à educação superior, era a incapacidade intelectual das mulheres. A título de exemplo podemos citar os textos de Joana Paula Manso de Noronha, publicados no *Jornal de Senhoras*, em 1852, nos quais ela realiza toda uma discussão acerca da emancipação feminina a partir da educação. E ao fazê-lo traz à tona o debate internacional acerca da capacidade intelectual feminina (Noronha, 1852a, 1852b) e provoca reações hostis, que foram socializadas por meio de cartas publicadas em periódicos. Noronha rebate as críticas recebidas, inicia-se assim, uma querela em torno da emancipação feminina.

O debate em questão e as querelas continuaram pelos anos seguintes, fazendo-se presente nas mais diversas regiões do país. Por exemplo, Edith Gama e Abreu (1950) pontua que dentre tantas mulheres de talento, inteligência e cultura que “teve-as sempre a Bahia” (p. 236), ao se propor a escrever a “história do feminismo na Bahia” (p. 238), atribuiu o título de percussoras a Ana Teófila Filgueiras Autran e a Francisca Rosa Barreto. A primeira em seus discursos e poemas expressa as suas ideias acerca da necessidade da educação feminina ser baseada nos princípios da razão, expondo o fato de que a situação feminina não era natural; era fruto de relações sociais, culturais, educacionais, políticas e por isto “a mulher não procura usurpar os direitos do homem, como se diz, e sim readquirir os seus, que barbaramente foram usurpados por aqueles, que para fazer crer às gerações presentes e futuras que ela nasceria sem eles” (Autran, Ana, 15/08/1871 *apud* Gama e Abreu, 1950, p.238). Ao expressar tais ideias foi também criticada e iniciou-se, pelos jornais, uma discussão com o jornalista Belarmino Barreto (Leite, 2005, p. 95). Foi por meio de artigos, publicados em jornais baianos do período, que a Francisca Rosa refletia sobre a emancipação e defendia os direitos femininos, inclusive sua filha foi uma das poucas médicas que se formou na Faculdade de Medicina da Bahia no século XIX. Foi o seu posicionamento diante da situação das mulheres, que levou a sua filha - Francisca Prager Fróes - a afirmar que era feminista por herança (Rago, 2005).

Uma outra baiana também se debruçou sobre a condição feminina no seu tempo, Amélia Rodrigues, a quem, segundo Ívia Alves (1997, p.177), Pedro Calmon, em sua história da literatura baiana, intitulou precursora “dos movimentos emancipatório da mulher no seu estado de origem”. Apesar de filha de uma família com poucos recursos financeiros, recebeu uma educação

abrangente e erudita. Na década de 1870 tornou-se professora, por meio de concurso, e passou a publicar em periódicos locais. Apesar de um forte viés religioso, o qual Ivia Alves (1996, 1997) chama atenção para a possibilidade de ser uma estratégia de sobrevivência em um contexto conservador, Amélia Rodrigues não se furtou às discussões do seu tempo. Ela foi muita astuta para seguir “veladamente os acontecimentos que repercutiram ou conturbaram a sociedade brasileira. Assim, engajou-se na luta pela igualdade da mulher e pelo direito ao voto, sem confrontos com a Igreja ou com a sociedade local” (Alves, 1998, p. 93).

A própria luta feminista e das mulheres brasileiras por justiça social nos primeiros cem anos, foi objeto de análise na década de 1930. Em 1933 publicava-se *A evolução do feminismo – subsídios para a sua história entre nós*, “peça rara e bizarra no Brasil da época” (Muzart, 2002, p. 13) de Mariana Coelho, que se constitui em um compêndio histórico sobre o feminismo mundial onde o contexto brasileiro tem destaque. A partir de eixos temáticos, a exemplo do “A mulher na política e na administração”, construídos em diálogos com as teorias e fontes do período, Coelho analisa a luta das mulheres pela emancipação. Suzana Funck (2002) ao se referir ao livro traça um paralelo entre as pautas registradas em *A evolução do feminismo* e às do neofeminismo de 1960, surpreendendo-se ao perceber o quanto as reivindicações ali presentes ainda permanecem atuais. Não só as pautas, mas as próprias reflexões sobre a condição feminina têm seus pontos de contato. Ao longo do capítulo “Emancipação feminina”, que possui um teor mais teórico sobre a questão, Mariana Coelho sustenta a tese de que são as condições sócio-históricas e não as biológicas (natureza) que determinam as funções e espaços destinados às mulheres, colocando-as “num lugar inferior” (Coelho, 2002, p. 40).

Em outras palavras, não nascemos inferiores à outra metade da humanidade, mas as relações interpessoais, histórico-socioculturais-políticas-religiosas, todas de poder, a partir de dispositivos, como a educação, vão procurando, não sem resistência, nos moldar e dando-nos a “concludente denominação de sexo fraco” (Coelho, 2002, p.40) e de cidadã de segunda categoria. Fazer essa interpretação da tese de Coelho, nos lembra a famosa frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” proferida por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, publicado 16 anos depois de *A evolução do feminismo*, fazendo com que Zahidé Lupinacci Muzart, em *A cidade das mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira*, refira-se a ela como “Beauvoir tupiniquim” (Muzart, 2002, p. 13).

Paralelo às discussões feitas por Mariana Coelho, teremos tantas outras realizadas por integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino⁶ e/ou simpatizantes das ideias feministas do período, que produziram artigos, poesias, teses e livros cujos conteúdos estavam relacionados à condição e emancipação feminina, a partir de seus posicionamentos de classe, raça e políticos. A título de exemplo temos Maria Lacerda de Moura, Itala Oliveira, Maria Eugênio Celso, Almerinda Farias Gama, Maria da Ilha⁷, Luciana Abreu, Maria Rita Soares de Andrade, Romy Medeiros⁸. Seus escritos fazem parte do conjunto de produções intelectuais femininas e/ou feministas sobre a condição das mulheres, mas deve-se considerar que há tantos outros “que, por todo o Brasil”, se encontraram, “sem meios de publicidade” (Cordeiro, 1935, p. 26).

Nas linhas traçadas acima, um tema destaca-se como espécie de linha que liga as discussões feitas por estas autoras, e tantas outras, acerca da emancipação feminina: a educação e a capacidade intelectual da mulher, como produtora de saberes e conhecimentos. A questão educacional foi compreendida como um dos principais meios para “maior inclusão da mulher na sociedade” (Rabelo, 2020, p. 101), portanto, era um constante objeto de reflexão daquelas e não só o ensino elementar, como já dito, mas, também o secundário e o superior (Alves, 2000). Deve-se frisar que o acesso feminino aos cursos superiores no Brasil só foi possível em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho. Nas décadas de 1880, 1890, 1910 poucas foram as mulheres que conseguiram adentrar e concluir esses cursos. Somente a partir da década de 1920 o número começou a aumentar e tal fenômeno pode ser atribuído à atuação da União Universitária Feminina (Saffioti, 1969; Vanin, 2015).

Destacar a produção intelectual do período em questão, é apenas um viés contemplado dentre todos os que envolvem análises e discussões acerca de teorias feministas brasileiras. Os contextos, estruturas e instituições em que estas foram ganhando corpo e se instituindo também devem ser considerados em suas análises. Nesta perspectiva, realçamos a atuação da

⁶ Sobre a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino recomenda-se, dentre outros, os estudos de June Hahner (2003).

⁷ Pseudônimo de Antonieta de Barros.

⁸ Estas mulheres, suas obras e atuações foram objeto de análise de dissertações, teses, livros e artigos. Para o aprofundamento sobre a história, trajetória e produções delas, recomenda-se a leitura de: A trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) - feminismo, sindicalismo e identidade política (Tenório, 2020); Nossos passos vêm de longe: Almerinda Farias Gama e o ativismo político de uma mulher negra na construção da luta feminista brasileira (Tenório, 2021); Maria Eugênio Celso: entre o impresso feminino, a casa e o espaço público 1920-1941 (Azevedo, 2015); Escritoras negras: buscando sua história (Mott, 1990); E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas (Silva; Ferreira, 2017), Feminismo, sexualidade e educação sexual: a tese de Ítala da Silva Oliveira (Vanin, 2016).

União Universitária Feminina (UUF). Entidade fundada em 1929, vinculada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), por engenheiras, médicas, advogadas, biológicas, farmacêuticas, dentistas, dentre outras profissionais, como a principal finalidade de acesso feminino à educação superior feminina, empreendendo ações políticas e formativas no sentido não só de enfrentamento aos obstáculos impostos para o acesso, mas também para a permanência e pós-permanências das mulheres nas faculdades existentes.

Para promover o enfrentamento ao androcentrismo científico, a UUF valeu-se de diversas táticas e estratégias, desde eventos anuais (chá das calouras e da vitória), onde fomentavam laços de solidariedade entre calouras e veteranas dos cursos superiores, publicação de artigos nos principais periódicos, oferta de bolsas de estudos internacionais, em nível de pós-graduação, edição da *Revista Cultura & Técnica* que era destinada tanto às moças que desejavam adentrar aos cursos superiores, como as que neles já se encontravam. Em suas duas primeiras décadas de existência a UFF foi o braço da FBPF que atuou prioritariamente no acesso e permanência feminina nos cursos superiores e no exercício das profissões liberais pelas mulheres. A partir da década de 1950, passou a ser uma das principais instituições a priorizar a luta pelo Estatuto da Mulher Casada. Assim, ao longo dos anos 1950, ao lado do Conselho Nacional da Mulher, da FBPF e tantas outras associações femininas e feministas pautou a luta pelos direitos civis das mulheres casadas e pelo acesso feminino a determinadas profissões e funções no mercado de trabalho.

A União Universitária Feminina⁹, após a aprovação do Estatuto da Mulher Casada (1962), onde obteve vitórias parciais, continuou atuando em uma frente ampla, conjuntamente com a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino e outras associações femininas, mesmo que não com a pujança da década de 1950 (Vanin, 2022). A atribuição de bolsas de estudos para que mulheres formadas, nas mais variadas áreas, pudessem continuar a se especializar através de estudos realizados em nível de pós-graduação, foi uma ação contínua, assim como suas conferências, palestras que descreviam e denunciavam a situação das brasileiras, nos variados aspectos da vida social em busca de sua emancipação.

Em síntese, pode-se afirmar que, no lapso de tempo entre as décadas de 1830 e 1950, houve um conjunto de produções individuais e/ou institucionalizadas, oriundas da luta das mulheres por cidadania, que devem ser consideradas na história das teorias feministas brasileiras. Afinal,

9 A União Universitária Feminina em 1961 passou a denominar-se Associação Brasileira de Mulheres Universitárias.

contribuíram com o debate intelectual acerca da situação das mulheres a partir dos enfrentamentos ideológicos e militantes, não homogêneos, que levaram a cabo em busca da emancipação feminina (Martins, 2020). Nessa perspectiva, pode-se aplicar e ampliar para essas intelectuais, a conclusão que Izabela Schlindwein e Miriam Grossi (2020, p.174) chegam sobre Nísia Floresta e Julie Engell-Günther para os feminismos posteriores: “o pensamento dessas mulheres pode ser considerado como constituinte da base para muitos dos feminismos que vimos nesta sequência”.

Nessa linha de raciocínio, as suas produções precedem as consideradas por Anette Goldberg (1989, p. 42), ao se propor a analisar “o surgimento e evolução de uma problemática feminista brasileira contemporânea”. Goldberg não as menciona dentre as reflexões que compõem o percurso intelectual do ideário político do feminismo brasileiro contemporâneo e que foram sistematizadas como representantes dos estudos que compreendem o período dos debates acerca “da emancipação feminina a um movimento de mulheres feministas”. Em que pese a autora privilegiar o recorte temporal 1963/1989 e reconhecer que naquele momento pouco se sabia sobre a existência de feminismos emancipatórios desde o século XIX: “Foi só graças ao primeiro livro publicado em português da historiadora norte-americana Hahner (1978), que se tomou conhecimento da existência de uma pujante imprensa feminista emancipatória no país na segunda metade do século XIX, fenômeno ainda pouco estudado até agora” (Goldberg, 1989, p. 48). Passadas quase quatro décadas da publicação do artigo de Anette Goldberg, podemos afirmar que muito se tem produzido sobre as personagens, lutas, discursos, ideias em torno da emancipação, da cidadania feminina entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX.

As discussões acerca da situação das mulheres e seus direitos, como é possível verificar pela análise das notícias veiculadas pelos periódicos da época, continuou após aprovação do Estatuto da Mulher Casada em 1962. Visto que, as demandas do movimento de mulheres e feministas, em relação aos direitos civis das casadas, não foram atendidas plenamente pelo estatuto. Concomitante a esta demanda específica, teremos outras, a exemplo da que mobilizou a luta pela igualdade no mercado do trabalho. Especificamente para o “ingresso feminino no quadro funcional de empresas estatais como o Banco do Brasil e a Petrobras”, que advinha da década passada e que teve desfecho em 1968, quando Castelo Branco sancionou lei que proibia a “discriminação de sexo na admissão para o serviço público federal”, como o noticiou o Jornal do Comércio (Vanin, 2022, p. 233-237).

A Federação e a UUF, a exemplo do que ocorreu nas décadas anteriores em que se articulavam com outros movimentos sociais e políticos vigentes no

período, continuou a atuar após o golpe militar de 1964, inclusive contando com a proximidade e as relações que estabeleceram com os governos militares para obterem êxito em algumas demandas antigas, como é possível verificar por meio da análise dos registros das suas reuniões no período em questão¹⁰. Deve-se destacar que a FBPF foi uma das entidades que em 1964 assinaram o convite feito, por meio dos periódicos, às mulheres brasileiras contra o anti-humano e totalitário comunismo que ameaçava os bons costumes, as famílias e, sobretudo, “a dignidade de nossos maridos, filhos e irmãos” (*Mulher carioca...*, 26/3/1964, p.4). O convite feito às mulheres, foi estendido a democratas e patriotas de todas classes em convocatória posterior e esta também foi subscrita pela FBPF (*Brasileiros democratas...*, 1/4/1964, p.12).

A “Marcha da família com Deus pela Democracia” aconteceu em Salvador no dia 15 de abril de 1964, no dia em que tomou posse o primeiro presidente militar, Castelo Branco. A marcha, que contou com a presença de mais de 300 mil pessoas, apareceu nos jornais do dia seguinte como uma apoteótica celebração da libertação do país do perigo comunista, foi convocada pela União Democrática de Assistência Social (UNIDAS) e pela União Cívica Feminina (UCF), que anunciou, com entusiasmo, a abertura de uma sede da organização em Salvador. Criada a sede, a presidência ficou nas mãos de Edith Gama e Abreu, conhecida feminista baiana (referenciada anteriormente) e uma das fundadoras da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino (Santana, 2009).

Mulheres organizadas que também se colocavam como feministas na defesa dos direitos das mulheres, mas que foram, como muitas outras organizações, iludidas com a salvação da pátria e das famílias do “monstro do comunismo”, mas isso só foi realmente sentido anos depois, com o endurecimento do regime militar. Necessário pensar aqui que o que estava posto era uma aliança ideológica de classe, mas que refletiu em conquistas no início do ano de 1968, como dito anteriormente.

Com o Ato Institucional de nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, foi iniciado um Estado ditatorial extremamente repressor, há um desmonte de toda e qualquer manifestação social e política, mas isso não estava restrito ao feminismo, atingia toda a sociedade. O Congresso foi fechado e o poder passou totalmente para as mãos do presidente, os políticos opositores foram caçados assim como toda e qualquer pessoa da sociedade civil que

10 Analisar esta proximidade e relações estabelecidas foge ao escopo do presente artigo. E serão retomadas em estudos futuros ao publicizarmos os resultados da pesquisa “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1920-1980): a arte de fazer um espaço próprio” (Vanin, 2025).

fosse contrária ao regime, independente da função ou classe social a qual pertencesse. A censura estava estabelecida e as vozes silenciadas (Pinheiro, 2017).

De acordo com Céli Pinto (2003), dentro de uma atmosfera social de repressão e perseguição, o feminismo brasileiro resistiu em grupos de reflexão que juntavam mulheres em pequenas reuniões de amigas, conhecidas e amigas das amigas (afinal o medo da repressão era real) para conversar sobre “as dores comuns”. Essas mulheres se identificavam politicamente mais à esquerda. A autora também aponta que nesse início da década de 1970, esses dois feminismos se encontram (aquele mais antigo e mais à direita e esse novo mais à esquerda) em um congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher (criado em 1949), em 1972 no Rio de Janeiro, onde estavam presentes velhas e novas feministas, banqueiros, alto clero dentro outros que compuseram um público bastante heterogêneo.

Dois anos depois, quando já não existia oposição ao regime militar, todos os grupos foram massacrados e seus membros ou estavam mortos, ou presos, ou exilados, o governo do presidente Geisel anunciou o início do processo de distensão política “lenta, gradativa e segura”, mas mantendo uma opressora vigilância da população (Pinheiro, 2017).

Contudo, a celebração da ONU em 1975 como o Ano Internacional da Mulher, possibilitou que as “questões da mulher” começassem a ser debatidas na esfera pública, com a realização de reuniões e eventos feministas, que iniciaram a partir daquele momento em todo o país. Mas não sem oposições, inclusive de grupos progressistas da esquerda que acusavam as feministas de serem aliadas da burguesia, enfraquecendo a “verdadeira luta”. Por outro lado, nesses primeiros anos de retorno às ruas, as feministas brasileiras ainda tinham dificuldade de se entenderem como classe oprimida, uma vez que não pertenciam à classe trabalhadora, colocando-se, muitas vezes como porta-vozes das mulheres trabalhadoras, num claro alinhamento ao marxismo tradicional (Pinto, 2003).

O ano da mulher não foi só um evento que teve a participação das feministas da segunda onda, pois algumas que atuavam desde o início do século XX também participaram. Bertha Lutz, por exemplo, escreve um texto de orientação para as suas companheiras da federação o que deveria ser debatido ou realizado durante o encontro de 1975. A década de 1970 não foi só um momento em que as novas perspectivas feministas passaram a ter voz entre nós, sobretudo, a partir, do encontro da ONU. Ela também foi marcada por momentos em que gerações diferentes dos nossos feminismos se encontraram e se posicionaram acerca das questões que impactavam na

vida das mulheres. Para além do evento da ONU, por exemplo, entre 1976 e 1977 aconteceu a CPI da Mulher.

A década de 1970 é um dos divisores de águas na história dos feminismos brasileiros, não só pelos eventos acima mencionados que constituíram espaços de encontros entre gerações distintas de feministas. Distintas não só nas temporalidades em que atuavam, mas também pelas próprias elaborações teóricas e políticas que fizeram acerca do “que marginaliza a mulher e a coloca na esfera da vida privada, ligada às tradicionais funções de mãe e esposa e, como tal, ser dependente, tímido e submisso” (NEIM, 1997, p. 8). Quando falamos do feminismo dos anos de 1970, falamos de um outro modelo de mulher que foi às ruas na defesa de seus direitos e não mais em defesa da família. Ainda assim, não foi um movimento radicalizado, como se viu em outros países, pois a ditadura civil-militar só acabou na década seguinte (Soares, 1994). É o momento em que os estudos e pesquisas com temáticas referentes à vida das mulheres, nos seus mais variados aspectos, começaram a ser sistematizados nas universidades brasileiras, institucionalizando o campo denominado “Estudos sobre a Mulher”.

O ano de 1975 e a sua importância para o feminismo brasileiro, também foi analisado por Goldberg (1987), visto que a partir dele os estudos e pesquisas sobre a questão da mulher ganharam corpo. Nos últimos anos da década de 1960 teremos a publicação de trabalhos acadêmicos que analisaram a situação das brasileiras pelo viés de classe, dentre eles a tese de Helietti Saffioti: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, cuja publicação faz dela a primeira obra desta fase da teoria feminista brasileira. Às discussões de Saffioti, juntou-se a tese de Eva Blay *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista*. As produções de Saffioti e Blay foram objeto de resenhas publicadas no número 15 do *Caderno de Pesquisa* (Campos, Oliveira, 1975; Barroso, Melo, 1975), tendo sido a primeira vez que o periódico da Fundação Carlos Chagas não só trazia resenhas de obras cujo tema eram as mulheres, mas o número como um todo era composto por artigos produzidos por suas pesquisadoras e que contemplou vários aspectos da vida das mulheres. Até então os Cadernos de Pesquisa tinham somente publicado sobre temas relacionados à educação.

Nos anos de 1980, novos dilemas e novas questões surgiram no movimento feminista que se expandiu ainda mais nas ruas, com várias organizações feministas mobilizadas e também na academia com pesquisas interessadas na questão da mulher. Os partidos políticos, de olho no eleitorado feminino, criaram os Departamentos Femininos e passaram a incorporar em suas plataformas, demandas que vinham do movimento feminista. Por sua vez, as

feministas passaram a se dividir entre um movimento partidário e somente o movimento feminista, criando um longo debate sobre a autonomia do movimento. Debate que se ampliou ainda mais com a criação nos estados dos Conselhos da Condição Feminina ou Conselhos dos Direitos da Mulher ou mesmo o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), ainda durante o governo Figueiredo (Costa, 2009). Importante salientar que em 1985 foi criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em São Paulo, como resultado da atuação feminista na luta pelo fim da violência contra as mulheres, já em um governo democraticamente eleito, como pontua Bandeira (2009, p. 414) em reflexão posterior: “Nos 30 anos de sua existência, as DEAMs, além de produzirem um efeito político na sociedade, expressaram a legitimidade de que a violência contra a mulher é um problema amplo, de saúde pública, que envolve toda a sociedade brasileira.” A institucionalização de reivindicações em torno do tema da violência contra as mulheres se deu em três momentos distintos: 1) a criação das Delegacias da Mulher, em 1985; 2) a instituição dos Juizados Especiais Criminais, em meados dos anos 1990; e a sanção da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, popularmente conhecida como Lei “Maria da Penha”, que compreende essa violência como uma violência de gênero (Santos, 2008).

No período que precedeu a Assembleia Nacional Constituinte (1988), o CNDM, junto com o movimento feminista e de mulheres, trabalhou numa intensa campanha, com uma série de eventos em todo o país, com o lema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”. As propostas regionais foram sistematizadas e debatidas no Encontro Nacional Mulher e Constituinte, com a participação de mais de duas mil mulheres. Esse encontro teve como resultado a *Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes*, entregue ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, iniciando a estratégia feminista que ficou conhecida como *Lobby do Batom* e que resultou na aprovação de quase 80% das demandas do movimento (Costa, 2009; Silva, 2016).

Ao pensar sobre o que significou a década da mulher para as brasileiras, Fanny Tabak destaca que a nível nacional a influência do “decênio proclamado pela ONU” se fez presente tanto na esfera política, como na acadêmica. As ações desenvolvidas no âmbito acadêmico ganharam impulso a partir da Conferência de Copenhague (1981), com a criação de “programas de estudos sobre a mulher” em vários países. No Brasil, criou-se o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) (1981), ligado à PUC/RJ, que foi o “primeiro programa integrado de caráter interdisciplinar na América Latina” (Tabak, 1985, p. 6).

Essa foi uma iniciativa que deu frutos, pois logo nacionalmente surgiram vários núcleos e grupos nas universidades que passaram a congregar o

denominado “feminismo acadêmico”. Esses núcleos representaram não apenas um momento histórico importante, como foram a pedra fundamental para a consolidação de um campo do saber (Costa; Sardenberg, 1994). Na Bahia, por exemplo, nasceu em 1983 o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia, que atualmente é o mais antigo em pleno funcionamento no país. Ao longo dos seus pouco mais de quarenta anos, o NEIM não tem inovado somente com as suas pesquisas e estudos sobre a questão das mulheres, gênero e feminismo nas mais variadas áreas do conhecimento, mas também na formação intelectual, acadêmico e profissional das novas gerações de pesquisadoras sobre a questão por meio: dos cursos de extensão e especialização; da oferta de disciplinas; da organização do Simpósio Baiano de Pesquisadoras sobre Mulher; da publicação da Coleção Bahianas; da fomentação de redes de pesquisa, iniciadas ainda no final da década de 1980 e início da 1990. O NEIM sedimentou uma trajetória que o permitiu criar o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM em 2006) e a graduação em Gênero e Diversidade (2009), até a presente data, primeiros e únicos do Brasil.

No Brasil, a década de 1970 viu “florescer” os estudos da mulher nas universidades, com pesquisas voltadas a trazer para o centro do debate acadêmico as questões relacionadas à questão da mulher (no singular), fortalecendo a legitimidade e relevância teórica. Contudo, como já chamavam atenção as feministas do norte global, um debate que alterava pouco o espaço acadêmico, numa lógica de estudos separados que “pouco” tinham a acrescentar às questões ditas “importantes” (Scott, 1990). No Brasil, a chegada do gênero enquanto categoria e um campo do saber, significou a saída do “gueto” dos estudos sobre a mulher, para um campo mais amplo de reflexão que abarcava toda a comunidade científica. Tanto aqui como lá fora, foi mais fácil assimilar estudos de gênero do que estudos feministas (Costa; Sardenberg, 1994).

É no fim da década de 1980 no Brasil que, seguindo as incorporações teóricas do feminismo anglo-saxão, o movimento feminista passou a se utilizar do conceito de gênero, ou relações de gênero, como um substituto para relações sociais de sexo, mas não sem embates dentro do próprio movimento (Louro, 1997). Gênero significou um afastamento de um “essencialismo” biológico para pensar em construção social, gênero como parte da identidade plural de cada pessoa. Na prática significou pensar no sujeito do feminismo não mais no singular, deixando de problematizar “a mulher” para pensar em “mulheres” com identidade de raça, classe, geração, sexualidade dentre outros marcadores. Mudança de perspectiva que contribui como instrumento de luta para o próprio movimento feminista.

Por outro lado, como bem sinalizaram Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994) no início da década de 1990, os estudos de gênero trouxeram uma despolitização do movimento feminista na academia, e não apenas nela, com a palavra gênero substituindo a palavra mulher como se fosse um sinônimo. Onde antes havia pautas em torno da questão da mulher (sindicatos, partidos e mesmo o movimento popular), passou a ser questão de gênero. “Mais uma vez as mulheres tornaram-se invisíveis” (p.395) junto às ações e demandas voltadas para a melhoria da condição feminina. Indo mais adiante nessa reflexão, Cláudia de Lima Costa (1998) sinaliza que, uma vez que a ideia de “equidade de gênero” também foi adotado por Estados e agências intergovernamentais na América Latina, a crítica feminista à opressão da mulher perdeu terreno e força política. A ideia dessa “perda de terreno” aparece em evidência no momento em que a autora sinaliza o que outras feministas também vão chamar atenção no debate acadêmico: “Não fosse suficiente a mulher ter virado gênero nos anos 80, vejo o gênero virando masculinidade no final dos anos 90. Temo que tenhamos voltado ao ponto de partida” (p.136).

Para além das discussões teóricas pertinentes à academia, entre o final da década de 1980 e início de 1990, o movimento feminista, assim como outros movimentos sociais, “passaram a desenvolver serviços mais do que ação direta, possibilitando a constituição de uma ‘morada’ para o movimento, que são as ONGs feministas” (Soares, 1994, p.21). De acordo com Novellino (2018), essas organizações não-governamentais trabalhavam com financiamento do próprio Estado ou de organismos internacionais, na luta pela implementação de políticas públicas direcionadas para as mulheres e, a partir da década seguinte, no monitoramento da execução dessas políticas. Por serem financiadas e terem suas ações definidas pelas agências financeiras, as ONGs feministas receberam duras críticas do próprio movimento feminista em relação à autonomia na definição dos serviços prestados às mulheres. Contudo, como sinaliza a autora, mesmo que o discurso mais radical contra o patriarcado tenha sido substituído por discursos mais amenos para manter os financiamentos, “é importante enxergar a grande contribuição dessas organizações na oferta de serviços voltados para o atendimento de mulheres no que tange à saúde reprodutiva e à violência, questões centrais para as mulheres” (p. 63).

A partir dos anos 2000, especificamente em 2003, com o primeiro mandato do presidente Lula, primeiro governo progressista após a redemocratização, temos a criação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), ligada diretamente ao gabinete presidencial, com status de ministério, orçamento próprio, similar as secretarias ligadas à presidência, e incorporando o CNDM, mas sem extingui-lo, o que significou um novo

momento de atuação do feminismo junto ao Estado e uma promessa do governo eleito com as mulheres do país. A SPM, através das conferências municipais e estaduais e posterior Conferência Nacional promoveu escuta com as mais diversas organizações da sociedade civil em torno do interesse das mulheres e, a partir da conferência Nacional, realizada em 2004, criou o Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, estreitando ainda mais os laços estatais com a sociedade civil organizada e, porque não dizer, com o movimento feminista (Bohn, 2010).

Como resultado desse estreitamento de laços entre o feminismo e o Estado, a Lei Maria da Penha (2006) se revelou como um grande avanço no campo político e jurídico, ao trazer a preocupação em tipificar as várias formas de violência que afetam a vida das mulheres no âmbito das relações doméstico-familiares, como também inovou ao adotar a perspectiva de gênero, assumir um viés não só punitivo, mas preventivo e educativo na abordagem da violência, além de contemplar as diferentes configurações familiares e respeitar a livre orientação sexual, entre outras importantes mudanças. Já a Lei n. 13.104, de março de 2015, estabeleceu uma forma qualificadora para o delito de homicídio, com o nome de feminicídio (CP, art. 121, § 2o, VI), na esfera das relações familiares, domésticas e afetivo-sexuais. Apesar de revelar a persistência do poder patriarcal como agravante para o número de feminicídios, já pressagiava o enfraquecimento da influência das feministas no Estado e, em paralelo, o crescimento de grupos conservadores, que lograram êxito em eliminar o termo “razões de gênero” do texto da Lei, que foi substituído por “razões de condição do sexo feminino”, explicitando a cruzada conservadora contra a chamada “ideologia de gênero” que se verá acentuada com a deposição de Dilma Rousseff em 2016 e posterior eleição de Jair Bolsonaro em 2018 (Tavares; Alves, 2023).

Marisa Corrêa (2001), ao refletir sobre o percurso desde o feminismo aos estudos de gênero no Brasil, a partir de sua experiência pessoal, apresenta alguns pontos que valem à pena destacar: o primeiro é a existência de uma forte articulação entre o feminismo dos anos 1970 e o surgimento dos estudos de gênero nos anos 1990, bem como o vínculo instituído entre militantes e pesquisadoras, naquele período. A autora, embora reconheça que há pesquisadoras que não exercem a militância¹¹, compreende que os estudos de gênero, quando destituídos de dimensão política, perdem sua historicidade e se mostram inverossímeis.

11 Silva e Camurça (2013, p. 12) explicam que: “Participam também do feminismo mulheres que não estão em nenhum destes tipos de grupos, mas que, o seu trabalho profissional, na sua militância nos movimentos sociais e partidos, como também na sua vida cotidiana assume a identidade política feminista, elaboram e se pautam por posições feministas”.

O segundo e não menos importante problema consiste na incontestável lacuna bibliográfica na relação entre raça e gênero: O feminismo deixa de investir na categoria mulher, que perde a centralidade conquistada nos movimentos feministas dos anos 1970, ao desqualificar sua singularidade, tornando controversa sua identidade e universalidade. Ademais, a cegueira estrutural na sociedade brasileira no tocante à questão racial, fará com que a relação “raça e gênero” só adquira importância teórica a partir de textos produzidos por autoras norte americanas¹², que passam a ser questionadas pelo feminismo das mulheres negras¹³.

Nesse sentido, a autora considera a noção de gênero uma saída lógica quando atentamos para a provocação linguístico/político feita por Simone de Beauvoir (na frase já citada) “Não se nasce mulher, torna-se mulher” e, argumenta que o surgimento e o uso dessa noção conduzem à convergência com a noção de raça, pois, se os questionamentos feministas e dos *queer’s studies* resultaram na desnaturalização e desessencialização das definições e classificações humanas, as duas características mais enraizadas na natureza, concebidas como inerentes ao ser humano – as de sexo e raça, inevitavelmente chegaríamos à sua relação. Portanto, não é por acaso que os estudos sobre o corpo tenham se tornado mais recorrentes na agenda dos estudos de gênero, já que é no corpo que essas marcas classificatórias permanecem impressas (Corrêa, 2001).

Isso posto, a pluralidade de que é dotado o movimento feminista não surge por acaso, pois envolve ora alianças, ora tensões, influenciadas por correntes políticas que assumem tendências radicais, enquanto outras são propensas a um posicionamento mais liberal, ou seja, advogam diferentes pautas, direcionamentos e interesses, embora em determinados momentos se articulem no interior do movimento para defender propostas que contemplem os feminismos em suas diversas “expressões” – o feminismo

12 Podemos citar como importantes referências teóricas do feminismo afro-americano: 1) Angela Davis, cujo livro *Mulheres, Raça e Classe* teve sua primeira tradução no Brasil em 2016. Em 2019, durante evento realizado em São Paulo, questionava: “Por que vocês precisam buscar uma referência nos Estados Unidos? Eu aprendo mais com Lélia Gonzalez do que vocês comigo”. (https://www.terra.com.br/nos/referencia-negra-lelia-gonzalez-nao-e-reconhecida-como-deveria-no-brasil,51afe5401404a933bb0770f6531a0caad2ieb5ul.html?utm_source=clipboard). 2) Kimberlé Crenshaw, cunhou o conceito de interseccionalidade e, no Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (Crenshaw, 2002) apresentou um modelo provisório que contribuiu para catalogação e organização do conhecimento relativo às múltiplas formas pelas quais a interseccionalidade se faz presente na vida de todas as mulheres. 3) Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, cujo livro *Interseccionalidade*, cuja primeira edição traduzida no Brasil foi publicada em 2020. No texto as autoras registram a história e conceituam a interseccionalidade, além de refletirem sobre a sua importância como lente para ampliar a nossa compreensão em torno das desigualdades de raça, gênero, classe, sexualidade entre outras e sua influência mútua.

13 Ver, por exemplo, Jabardo (2012), que editou *Feminismos negros: Uma antologia*, obra que reúne textos de importantes feministas negras, a exemplo de Sojourner Truth, Ida Wells, Patrícia Hill Collins, e Angela Davis entre outras.

negro; o feminismo lésbico; o feminismo sindical; o feminismo indígena; o feminismo popular, o feminismo acadêmico entre outros (Silva; Camurça, 2013).

Com efeito, Sueli Carneiro (2003) reconhece o protagonismo das feministas nas lutas por anistia, creches e descriminalização do aborto entre outras. Entretanto, lembra que o feminismo adotou, por muito tempo, uma visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, o que o impediu de reconhecer as diferenças e desigualdades que perpassam o universo feminino, a despeito da identidade biológica. Assim, as vozes e os corpos de mulheres vítimas de outras formas de opressão que extrapolam o sexismo, permaneceram condenados ao silêncio e à invisibilidade.

Para reforçar seus argumentos, a autora salienta que, com a politização das desigualdades de gênero, o feminismo torna as mulheres novos sujeitos políticos que, a partir da realidade e lugar em que estão situadas na vida social, suscitam processos que atendam a luta própria de cada grupo, a exemplo de grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, cujas necessidades não são respondidas plenamente se a questão de gênero ignorar as particularidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Esses pontos de vista próprios vêm demandando práticas diversificadas que amplifiquem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, reconhecendo as especificidades e desigualdades entre as mulheres. (Carneiro, 2003).

Então, mostrou-se primordial *enegrecer o feminismo*, de modo a introduzir no interior do movimento uma perspectiva feminista negra e propor uma agenda que contemple tanto as desigualdades de gênero e intragênero como a condição peculiar que compreende o ser mulher, negra e, em geral, pobre. Em outro momento, Carneiro (2020) acrescenta que a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça tem trazido novos matizes para a ação política feminista e antirracista, potencializando tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira, na medida em que agrega as tradições de luta do movimento negro e do movimento de mulheres e, ao fazê-lo, engendra uma síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país.

Todavia, o reconhecimento da produção de intelectuais negras¹⁴ não é algo simples, tampouco isento de disputas e críticas, uma vez que adota uma perspectiva metodológica em que a questão racial é interseccionada por

14 Ver, por exemplo, *Intelectuais Negras*, texto em que bell hooks (1995) compartilha conosco a sua escolha de se tornar uma intelectual, movida pela necessidade consciente de compreender a realidade e o mundo que a cerca de forma concreta e objetiva, sem dissociar o trabalho intelectual da política do cotidiano.

sexo/gênero, classe e sexualidade, dentre outras e, propõe uma interlocução que contemple saberes e fazeres até então menosprezados e invisibilizados nos formatos clássicos de produção de conhecimentos ainda hegemônicos nas universidades, leia-se, o modelo cartesiano e androcêntrico de fazer ciência, reproduzido também na realização da docência e nos processos de ensino e aprendizagem (Dias, 2024).

Não por acaso, Carla Akotirene, ao discursar, em maio de 2023, durante a comemoração dos 40 anos do NEIM, parafraseou Sojourner Truth que, em 1851 na Conferência dos Direitos das Mulheres em Ohio indagou: “Eu não sou mulher?” e, desafiadora, interpelou as mulheres presentes no Salão Nobre da Reitoria: “E eu não sou uma intelectual não?”, ao lembrar que fora questionada por uma ex-aluna do Bacharelado de Gênero e Diversidade com relação à ausência do seu livro *Interseccionalidade*¹⁵ na bibliografia das disciplinas, acrescentando que se mostra elegante a universidade convidar as intelectuais negras para comporem os espaços e demonstrarem uma diversidade que não passa de falácia, já que não é aplicada na prática (Ferreira, Concha e Aras, 2023).

Claudia Pons Cardoso (2014) observa que, embora no Brasil a atuação do movimento de mulheres negras tenha sido decisiva para forçar o movimento feminista hegemônico a incluir *raça* em suas abordagens, isso não reverteu em uma mudança epistêmica, pois *raça* continua sendo tratada superficialmente. A autora destaca que ainda são incipientes os estudos voltados para a intersecção de gênero e *raça*/etnia, as representações de gênero racializadas e seus efeitos na trajetória de vida das mulheres negras em várias áreas, desde a saúde, o mercado de trabalho, as relações afetivo-sexuais até mesmo estudos que se proponham a esquadrihar o pensamento das mulheres negras no Brasil. Ainda de acordo com a autora, o racismo consiste em estrutura de dominação e exclusão, que afeta de forma intensa e irreversível a vida das mulheres negras, o que torna a incorporação da perspectiva racial imprescindível, na medida em que *raça* afeta o modo como as mulheres negras experienciam *gênero* na sociedade.

Desde os anos 1970, Lélia Gonzalez, em sua crítica ao feminismo hegemônico, enfatizava a necessidade de insurgência e propunha uma abordagem epistemológica que tratasse as questões das mulheres negras sob outra perspectiva, isto é, capturar suas trajetórias de vida e experiências, atentando para suas identidades e pertencimentos singulares. De forma

15 Akotirene se refere ao livro de autoria *O que é Interseccionalidade* (2019), que compõe a Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamilia Ribeiro, em que discorre sobre a importância da interseccionalidade como perspectiva analítica de desvelamento e interpretação das diferentes formas de opressão que perpassam a trajetória de vida de mulheres negras engendradas pela colonialidade do poder.

pioneira, essa autora era categórica sobre a importância de refletir sobre nossos feminismos desde o Sul, um feminismo descolonizado, antirracista, anticapitalista, anti-heterossexista, que incluísse mulheres negras, indígenas e, livre de estereótipos, contribuísse para a construção de modelos alternativos de sociedade (Cardoso, 2014; Bispo, 2023).

Em ensaios como *A Mulher Negra*, por exemplo, Lélia denunciou o atraso político dos movimentos feministas brasileiros que, liderados por mulheres brancas de classe média, ao abordarem as relações de dominação homem/mulher, da subordinação e tentativas de conscientização, etc. adotavam um discurso omissivo quanto à discriminação racial, do mesmo modo que silenciavam sobre uma questão fulcral – a libertação da mulher branca ocorreu às custas da exploração da mulher negra – que, quando explicitada causava estranheza e/ou indignação entre alguns setores feministas. (Gonzalez, 2020).

Mais recentemente, Cláudia Pons Cardoso (2024), ao pontuar o crescente uso da categoria interseccionalidade nos estudos feministas e de gênero, adverte para o risco de despolitização dessa categoria, ao se considerar gênero, raça e classe como meros marcadores de diferença que operam de forma episódica e fluida, o que nega a principal preocupação das feministas negras em conferir visibilidade às experiências e à subordinação das mulheres não brancas e as múltiplas vulnerabilidades e exclusões a que se encontram expostas, oferecendo uma compreensão sobre como a opressão é experienciada a partir de um lugar conformado pelo modo como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam, em diferentes pontos.

De acordo com Soares e Costa (2012), é imprescindível que o combate às desigualdades seja interseccional, como têm comprovado as contribuições oferecidas pelas feministas “negras”, “de cor”, “mestiças”, “terceirmundistas”, “asiáticas” e “lésbicas radicais” cujas diferentes formas de manifestação e enunciados, ao alcançarem visibilidade instituíram campos de saber e políticos. As autoras ressaltam que, embora haja mais receptividade com esses temas, eles não são tratados com a mesma prioridade e, tomam como exemplo ilustrativo a lesbianidade, cujo debate tem sido feito quase que exclusivamente por mulheres que se declaram como lésbicas, apesar de o repúdio à lesbofobia ser quase unânime entre os feminismos.

As autoras reforçam seu argumento ao mencionarem a resistência histórica dos feminismos brasileiros referentes à incorporação das questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política, o que resultou na ausência de crítica à heteronormatividade como elemento estruturante das relações de gênero, a despeito da presença de mulheres

lésbicas no movimento feminista e da existência de uma teoria da lesbianidade reconhecida internacionalmente desde a década de 1970. A relativa ausência ou pouca visibilidade das referências feministas nacionais é atribuída por Soares e Costa (2012) às dificuldades para suplantar a invisibilidade imposta pela heteronormatividade hegemônica no interior do campo feminista.

Com efeito, Silva e Araujo (2021), ao sintetizarem os vieses teóricos das correntes políticas do pensamento lésbico objetivados no Ocidente, sobretudo no século XX, reforçam que as teorias lésbicas permanecem como um discurso invisibilizado quanto à realidade que as conforma, motivo pelo qual optam por utilizar o termo pensamento lésbico, por compreenderem que no Brasil, as reflexões construídas por pensadoras lésbicas, permanecem periféricas, pouco conhecidas, contestadas pelo androcentrismo da ciência. Dessa forma, concebem o pensamento lésbico como resistência, discurso contra hegemônico que descortina caminhos para a produção de saberes que se contrapõem aos postulados, princípios, crenças, valores que alimentam a ciência androcêntrica e, ao fazê-lo, põem sob suspeita, o instituído, normalizado/normatizado, possibilitando que suas vozes sejam ouvidas, seus corpos se tornem visíveis e suas lutas sejam reconhecidas.

Nesse sentido, embora percebam a necessidade política dos feminismos falarem através da identidade mulher/mulheres, discordam da constituição de uma unicidade feminina. Dito de outra forma, as identidades, sejam lésbicas ou não, devem se fortalecer como unidade coletiva. Para essas autoras, o importante é o papel desempenhado pelo movimento no cenário da política sexual brasileira e sua recursividade que, ao provocar a produção de conhecimento, faz ecoar outras vozes, visibiliza e vivifica outros corpos, tornando crível outra ciência. Aí reside o potencial revolucionário do pensamento lésbico: “Constituído de práxis política (militância/movimento) e de teorização (pensamento/conhecimento) que se confundem e se nutrem mutuamente...” (Silva e Araujo, 2021, p.11).

Todavia, Fatumma (2023) observa que tanto o movimento negro, como os movimentos LGBTQIA+ e feministas não ficaram imunes ao racismo e à lesbofobia, que perpassam a trajetória das lésbicas e sapatonas negras, embora muitas estivessem envolvidas na luta por direitos e disputando espaço para que sua existência e pautas não sofressem apagamentos frente à cisheterossexualidade, o que implicou em enfrentamento de opressões e tentativas de silenciamento nesses movimentos. Então, a autora propõe um aquilombamento contra a cisheterossexualidade como projeto histórico, moralista e estruturado na colonialidade do poder, saber e ser, em que corpos brancos condenam, violentam e matam pessoas que exercitam sexualidades dissidentes, pois, assim como Silva e Araujo (2021) compreende que:

Corpos quilombo sapatão impulsionam a derrubada de estruturas cisnormativas; saímos da margem em direção ao centro, com a recusa de sermos vítimas e protagonizando um papel de resistência política, visto que implodimos as relações que nos oprimem (Fatumba, 2023, p.67).

Nascimento (2021), ao discorrer sobre o transfeminismo, também observa que mulheres transexuais e travestis ainda são vistas pelo feminismo como outsiders, isto é, não são reconhecidas como mulheres, há inclusive pessoas que continuam a tratá-las com pronomes masculinos e afirmar que são “homens vestidos de ‘mulheres’, – por isso, somos *no sisters*, não somos irmãs” (Nascimento, 2021, p. 31), forma de demarcar sua inconformidade, sem lugar no escopo feminista. E é exatamente este lugar que o transfeminismo reivindica: “um lugar dentro do feminismo em que nossas experiências de mulheridades e/ou feminilidades possam ser reconhecidas, nossas produções intelectuais sejam respeitadas e nossas reivindicações políticas encontrem apoio mútuo.” (Nascimento, 2021, p.39).

Assim como o feminismo negro e o feminismo lésbico, o transfeminismo não propõe uma cisão ou oposição ao feminismo, ao contrário, o transfeminismo reivindica pensar e lutar junto com o feminismo, com a teoria *queer* e além, a fim de assegurar direitos sociais e bem viver às mulheres em sua diversidade. Por isso, a autora sustenta que:

Seguimos apostando no transfeminismo, na possibilidade de sermos *sisters*, e a possibilidade dessa realização perpassa pela crítica concisa sobre as relações entre sexo e gênero e a desnaturalização da categoria mulher, objetivos comuns entre o feminismo e o transfeminismo (Nascimento, 2023, p.44).

Todavia, não nos esqueçamos, essa possibilidade só se mostra factível se o(s) feminismo(s) reconhecer(em) a dimensão plural de nossas existências.

Considerações finais

Ao longo deste texto rastreamos os caminhos do feminismo no Brasil, percorremos as primeiras iniciativas que resultaram no feminismo sufragista, procurando ilustrar o contexto em que emergiram as demandas por cidadania política, bem como o pensamento de mulheres que influenciou a luta por justiça e direitos sociais e embasou o surgimento de outros feminismos em sequência.

As discussões em torno da situação das mulheres e seus direitos servem de lema para o engajamento dos movimentos feministas e de mulheres

para assegurar os direitos civis das mulheres casadas, ao mesmo tempo que fomentou a luta pela igualdade no mercado do trabalho. Diante da forte repressão política durante o regime militar, ainda que de forma velada, o movimento se mantém na resistência e, com os primeiros sinais de distensão política e a celebração da ONU em 1975 como o Ano Internacional da Mulher, o feminismo traz as “questões da mulher” para debate na esfera pública, embora de forma comedida, já que a ditadura civil-militar permanece até a década seguinte.

Os anos de 1980 trouxeram novos desafios e questões para o movimento feminista no espaço público, no âmbito acadêmico, o que repercutiu na criação de políticas públicas, a exemplo da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e, nos estados, dos Conselhos da Condição Feminina ou Conselhos dos Direitos da Mulher, além da criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Cabe destacar, ainda na década em questão, a intensa campanha protagonizada pelo CNDM que junto com os movimentos feminista e de mulheres conseguiu que a maioria de suas demandas fossem contempladas na Constituição de 1988. A década de 1980 também ficou marcada pela implantação de “programas de estudos sobre a mulher” no âmbito acadêmico em vários países, influenciando o surgimento de núcleos e grupos nas universidades que agrupam o chamado “feminismo acadêmico”.

Na década seguinte, os movimentos feministas enfrentaram novos dilemas, os estudos de gênero provocam uma despolitização do movimento feminista na academia, e não apenas nela, uma vez que o termo gênero é utilizado como sinônimo da palavra mulher, o que transforma as pautas em torno da questão da mulher defendidas por sindicatos, partidos e pelo movimento popular como mera questão de gênero. Ao mesmo tempo, o crescimento de ONGs feministas, financiadas pelo Estado ou por organismos internacionais, foram alvo de fortes críticas do próprio movimento feminista quanto à falta de autonomia na definição dos serviços prestados às mulheres.

Nos anos 2000, com a criação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), a revitalização do CNDM, a realização de Conferências e a estruturação de uma política voltada para atender as demandas das mulheres, entre as quais o enfrentamento à violência na esfera das relações doméstico-familiares, estreitam ainda mais os laços estatais com a sociedade civil organizada e com o próprio movimento feminista, principalmente com a criação de legislações como a Lei 11.340/2006 e a Lei 13.104/2015.

Ao longo do percurso aqui sintetizado, o movimento feminista adquire pluralidade, enfrenta dilemas, tensões, revelando a urgência de se

reconhecer e tramar alianças que contemplem pautas e interesses oriundos de suas diversas “expressões” – o feminismo negro; o feminismo lésbico; o transfeminismo, o feminismo decolonial entre outros que desafiam o feminismo acadêmico, branco de classe média e cisheteronormativo a pensar em e lutar com mulheres até então invisibilizadas e silenciadas.

Apesar das conquistas alcançadas, as políticas para as mulheres seguem existindo de acordo com o viés mais ou menos conservador dos governos. É bem verdade que avançamos teoricamente dando conta de corpos impensáveis para o feminismo de 100 anos atrás e também de 50 anos. Passamos a existir em diferenças e potencialidades. Mas, como mulheres, vemos nossos múltiplos corpos ainda reféns de uma sociedade que tenta nos silenciar e negar nosso direito de existir. Enfim, se nós queremos vivas, a luta permanece, longe de esmorecermos, somemo-nos contra toda forma de opressão-exclusão que a sociedade capitalista patriarcal, sexista, racista e LGBTfóbica tenta nos impor. Nessa luta por justiça e direitos, *nenhuma a menos!*

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade**. – São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ALVES, Ivã Iracema Duarte. **Amélia Rodrigues: Itinerários percorridos**. Salvador: Bureau, 1998.

ALVES, Ivã Iracema Duarte. Amélia Rodrigues: posições e estratégias. In.: COSTA, Ana Alice Alcantara; ALVES, Ivã Iracema Duarte (orgs.). **Rito, Mitos e Fatos: Mulher e gênero na Bahia**. Salvador: NEIM, 1997.

ALVES, Ivã. O feminismo de Amélia Rodrigues. **Boletim do GT A mulher na literatura**. Natal: UFRN, n.6, 1996.

ALVES, Ivã Iracema Duarte. Os difíceis caminhos percorridos pelas escritoras baianas (1880-1950): mapeamento e temáticas. **Boletim do GT A mulher a literatura**. Maceió: UFAL, n.8, 2000.

AZEVEDO, Carla Bispo. **Maria Eugênia Celso: entre o impresso feminino, a casa e o espaço público (1920-1941)**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Educação/UERJ, 2015.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

BANDEIRA, Lurdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

BARROSO, Carmen Lúcia Mello; MELLO, Guiomar Namó de. Resenha: A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, dezembro de 1975, n. 15.

BISPO, Silvana Santos. **Feminismos em Debate**: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997). São Paulo: Editora Dialética, 2023.

BOHN, Simone R. Feminismo Estatal sob a Presidência Lula: o caso da secretaria de políticas para as mulheres. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 81-106, jul.-dez. 2010.

BRASILEIROS DEMOCRATAS, patriotas, homens e mulheres, moças e rapazes. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 01 de abril de 1964, p. 12.

CAMPOS, Maria Machado Malta; OLIVEIRA, Marta Koht de. Resenha: A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, 1975.

CARDOSO, Cláudia Pons. Feminismos e os desafios atuais do pós-colonial: a contribuição de feministas negras no Brasil. In: FUNCK, Susana Bornéo, MINELLA, Luzinete Simões, Assis, Gláucia de Oliveira (orgs.) **Linguagens e narrativas**. Tubarão: Ed. Copiart, 2014, p. 251-266.

CARDOSO, Cláudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. **Anais 13º Mundos das Mulheres e Fazendo Gênero 11**. Florianópolis: UFSC, 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimentos. **Estudos Avançados**, 17 (49), 2003, p. 117-132.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo**: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. NEABI/UCP, 2020, p. 1-6. Disponível em: www.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em 06 jul. 2025.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

CORDEIRO, Francisca de Bastos. A moderna “Walkyria”. **Walkyrias**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 12, julho de 1935.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu** (16) p.13-30, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100002>. Acesso em: 05 jul. 2025.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura. In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Schebde (orgs.). **Gênero, Feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 174 - 190.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sonia Weidner; PUGA, Vera Lucia (orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 51-81.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Teoria e Praxis Feminista na Academia: Os Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, número especial, 1994. p.387-400.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 335-358.

COSTA, Claudia de Lima. O Tráfico do Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA, Marcos Roberto Nunes; COSTA, Rafael Ferreira **Mulheres intelectuais na idade média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. **Revista Estudos Feministas**, 10 (1). Jan 2002, p. 171-188.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DIAS, Luciana de Oliveira. “Combinamos de não morrer”: pensamento feminista negro e questões de direitos humanos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de, HENNING, Carlos Eduardo (orgs.). **Desafios e resistências em gênero e sexualidade no Brasil contemporâneo**. 2024, p. 333-357. DOI 10.48006/978-85-495-0936-9-10.

DUARTE, Constância Lima. A Ficção didática de Nísia Floresta. In.: Lopes, Eliane M. T.; Faria Filho, Luciano M.; Veiga, Cynthia G. **500 anos de educação no Brasil**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 291 - 324.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In.: HOLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2009.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Massangana, 2010.

DUARTE, Constância Lima. Nos primórdios do feminismo brasileiro: Direitos das mulheres e injustiça dos homens. In.: GOTLIB, Nádia Battella (org.). **A mulher na literatura**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990, p. 32-41.

FATUMMA, Dedê. **Lesbiandade**. Feminismo Plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

FERREIRA, Andressa de Sousa Santos; CONCHA, Elisangela Silva de Aquino; ARAS, Lina Maria Brandão de. “E eu não sou uma intelectual?”: A afirmação da mulher negra no feminismo acadêmico. **Feminismos**. vol 11, n. 2 - jul – dez, 2023, p. 1-26. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/57061/32552>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FEYERABEND, Paul. **Adeus à razão**. São Paulo: Unesp, 2010.

FUNCK, Suzana Bornéo. Prefácio. In: COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para a sua história**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

GAMA E ABREU, Edith M. da. Precursoras do feminismo na Bahia. In.: **Anais do 1º. Congresso de História da Bahia**. n. V, vol. IV. Salvador: IGHB, 1950.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. In.: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, ANPOCS, n.28, 2º. Semestre 1989, p. 42 – 70.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

GONZALEZ, Lélia **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

HILL COLLINS, Patrícia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 07 jul. 2025.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LEITE, Márcia M. da S.B. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997, p.14-36.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926). **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 95-116, maio/ago. 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Da subversão à institucionalização. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: Em la frontera, 2010, p. 121-139.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Escritoras negras: buscando sua história. In: GOTLIB, Nádya Battella. **A mulher na literatura**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1990, p. 42-55.

MULHER CARIOCA, mãe carioca, esposa carioca, irmã carioca. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 26 de março de 1964, p. 4.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A Cidade das Mulheres: Mariana Coelho uma feminista brasileira. In: COELHO, Mariana (org.). **A evolução do feminismo**: subsídios para a sua história. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. Feminismo Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NORONHA, Joanna Paulo Manso de. Às nossas assignantes. **Jornal das Senhoras**. Rio de Janeiro, 1 de janeiro, 1852a

NORONHA, Joanna Paulo Manso de. Mulher. **Jornal das Senhoras**. Rio de Janeiro, 1 de janeiro, 1852b.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Movimento Feminista no Brasil no Século XX. **Revista Feminismos**, vol.6, n.1, 2018, p.57-66.

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER (NEIM). **Catálogo de Pesquisas e Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de**

Gênero na Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), 1997.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo indígena comunitário. In.: Miñoso, Yuderlys Espinosa (org.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano.** Buenos Aires: Em la frontera, 2010, p. 117-120.

PINHEIRO, Clarice Costa. **Estar com ele, estar com ela:** memórias das esposas dos presos políticos da Penitenciária Lemos Brito, Salvador anos de 1970. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RABELO, Ana Maria Prestes. 1922-2022: cem anos do sufrágismo no Brasil. São Paulo: **Revista Princípios**, 41(163), jan/fev 2022, p. 96-117. <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.163.004>.

RAGO, Elisabeth J. **Feminismo e Medicina na Bahia (1836-1931).** [Tese de Doutorado] São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, 2005.

RICH, Adrienne. **Ensayos esenciales:** Cultura, política y el arte de la poesía. Madrid: Capitán Swing, 2019.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SANTANA, Ediane Lopes de. Campanha de desestabilização de Jango: as 'donas' saem às ruas! In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org). **Ditadura militar na Bahia:** novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: Edufba, 2009. p.13-29.

SANTOS, Cecilia MacDowell. Da Delegacia da Mulher a Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Oficina do CES**, n.301, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, p.1-38, mar. 2008.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Estudos Feministas: um esboço crítico. In.: Amaral, Célia (org.). **Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero.** Salvador; Fortaleza: REDOR, NEGIF, 2004, pp.17-40.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In.: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, CECÍLIA

M. B. **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: Neim/Redor, 2002, p. 89-120.

SCHLINDWEIN, Izabela Liz; GROSSI, Miriam Pillar. Contribuições de intelectuais feministas para a educação brasileira do século 19. In.: Rea, Caterina Alessandra; Grossi, Miriam Pillar (org.). **Teoria feminista e produção de conhecimento situado**: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. Florianópolis: Tribo da Ilha; Salvador: Devires, 2020, p. 169 – 181.

SCOTT, Joan Wallach. **Las mujeres y los derechos del hombre**: feminismo y sufragio em francia, 1789-1944. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990, p. 5-22.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e Movimentos de Mulheres**. 3ª reimp. Recife: SOS Corpo, 2013.

SILVA, Salete Maria da. **A Carta que Elas Escreveram**: As Mulheres na Constituinte de 1987/88. Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2016.

SILVA, Tauana Olívia Gomes Silva; FERREIRA, Gleidiane de Sousa Ferreira. E as mulheres negras? Narrativas históricas de um feminismo à margem das ondas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 25, n. 03, set./dez. 2017.

SILVA, Zuleide Paiva; ARAUJO, Rosangela Janja Costa. Pensamento lésbico: uma ginga epistemológica contra-hegemônica. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 29(3), 2021, p. 1-14. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n382446.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros. **Labrys**, janeiro /junho 2012, p. 01-64. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2025.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: Paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, número especial, 1994, p. 11-24.

TAVARES, Márcia Santana; ALVES, Amanda. A violência de gênero no (Des) governo Bolsonaro: licença para matar! **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 43, nº 94, 2023, p. 41-61. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-04>.

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In.: Del Priori, Mary; Pinsky, Carla B. **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2022.

TENÓRIO, Patrícia Cibebe da S. **A vida na ponta dos dedos:** a trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899-1999) - feminismo, sindicalismo e identidade política. [Dissertação de Mestrado]. Brasília: Programa de Pós-Graduação em História/ Universidade de Brasília, 2020, 263 fls..

TENÓRIO, Patrícia Cibebe da S. Nossos passos vêm de longe: Almerinda Farias Gama e o ativismo político de uma mulher negra na construção da luta feminista brasileira, *Amérique Latine Histoire et Mémoire*. **Les Cahiers ALHIM** [En línea], 42, 2021.

VANIN, Iole Macedo. **As damas de branco:** Médicas, Odontólogas e Farmacêuticas. Curitiba: Appris, 2015.

VANIN, Iole Macedo. Entre o “chá das calouras” e o da “vitória”, o Código Civil: atuação da União Universitária Feminina (1929-1959). In.: TAVARES, Márcia Santana; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de (orgs). **Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo**. Salvador: Edufba, 2022.

VANIN, Iole Macedo. Feminismo, sexualidade e educação sexual: a tese de Ítala da Silva Oliveira In.: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MINELLA, Luzinete Simões (Org.). **Gênero e ciências:** mulheres em novos campos. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2016. (Coleção Bahianas; 18).

YANNOULAS, Silvia C.; VALLEJOS, Adriana; LENARDUZZI, Zulma. Academia e feminismo. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógico**. Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.

Recebido em dezembro de 2025.

Aprovado em maio de 2026.